CRISE DO CAPITAL, OFENSIVA NEOLIBERAL E INTENSIFICAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

Deise Moreira Cavalcante[1]
Ângela Kaline da Silva Santos[2]
Janaína Nunes da Silva[3]
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida [4]

RESUMO
O estudo ora apresentado se trata de uma reflexão crítica acerca do Estado de Bem-Estar Social junto ao processo de crise do capital dado no fim da década de 1960 e versa sobre a adoção do neoliberalismo enquanto resposta a crise cíclica do capital, com um recorte para os impactos causados no Brasil. A ofensiva neoliberal experimentada no país a partir da década de 1990 revela os traços cruéis do capitalismo e essa nova fase é expressa pela agudização das expressões da "questão social".

Palavras-chave: 1.Crise 2.Neoliberalismo 3.Questão Social.

ABSTRACT
The study presented here is a critical reflection on the Welfare State in the process of the crisis of capital in the late 1960s and deals with the adoption of neoliberalism as a response to the cyclical crisis of capital, with an outline for the impacts caused in Brazil. The neoliberal offensive experienced in the country from the 1990s onwards reveals the cruel traits of capitalism and this new phase is expressed by the sharpening of the expressions of the "social question".

.

Keywords: 1.Crisis 2.Neoliberalism 3.Social Question

1 INTRODUÇÃO

[1] Graduada em Serviço Social. Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB. E-mail: deisempcjpa@gmail.com.
[2] Graduada em Serviço Social. Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB. E-mail: s.social.angela@gmal.com.
[3] Graduada em Serviço Social. Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB. E-mail: janainanunes.adm@gmail.com.
[4] Professora Titular do Departamento de Serviço Social em nível de Graduação e da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, Doutora em Serviço Social pela PUC-SP, Pesquisadora do CNPq. E-mail: blfalmeida@uol.com.br.

O trabalho ora apresentado se constitui enquanto investigação acerca da inserção do neoliberalismo enquanto resposta a uma crise cíclica do sistema capitalista de produção, após um longo período de crescimento econômico no pós-guerra e aponta como isso atinge o Brasil na década de 1990. Buscou-se trazer reflexões sobre a famosa “Era de Ouro” e do Estado de Bem-Estar, assim como os ataques do capital com a derrocada do modelo fordista e das políticas públicas que possuíam um caráter reformista no *Welfare State.*

O crescimento econômico e a estabilidade gerada durante o período posterior a Segunda Guerra Mundial, não chega ao Brasil, entretanto, a ofensiva neoliberal é experimentada na década de 1990 pelos brasileiros sem que os mesmos tenham tido acesso a um Estado de Bem-Estar. O país que havia saído a pouco de uma ditadura militar, experimenta os ajustes, cortes, a negação dos direitos conquistados enquanto resultado da luta de classes no ano de 1988 com a Constituição Federal, e adentra no processo de reestruturação do capital.

Há nesse referido período um processo de reformas no país pautadas na perspectiva neoliberal, que visam o mínimo de investimentos voltados para as políticas sociais, além das modificações causadas no mundo do trabalho com a reestruturação produtiva, que resulta na intensificação das expressões da chamada questão social.

2 CRISE DO CAPITALISMO E A OFENSIVA NEOLIBERAL

Ao iniciar o desenvolvimento desse texto, é importante destacar alguns aspectos importantes acerca do capital, primeiro que para Marx “capital é um processo”, segundo que o capital se trata de “valor em movimento" (HARVEY, 2013, p.68).

Quando falamos de crise precisamos compreender que elas integram o processo cíclico e orgânico de acumulação capitalista em todas as suas dimensões: econômica, política e cultural. As crises são inerentes à lógica do capital, pois, quando o capital não consegue estabilizar suas taxas de lucro, entra em crise. (HARVEY, 2013).

Trataremos nesse ponto acerca da crise sistêmica vivenciada pelo capital na década de 1970, que trouxe grandes impactos para a sociedade e suas relações sociais, e envolveu a todo o conjunto estrutural da ordem do capital.

Posteriormente a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com um resultado devastador de mortos e de bastante destruição, o continente Europeu precisava se reconstruir. Diante disso, adotar o pacto Keynesiano-Fordista, que estava pautado e um sistema de produção em massa e consumo em massa através do pleno emprego, se tornava imprescindível. “Recuperar-se da guerra era a prioridade esmagadora dos países europeus” (HOBSBAWM, 1995, p. 203)

A “Era de Ouro” ou “Anos dourados” (1945-1975) como se tornou conhecido esse período pós-guerra, foram anos bastante singulares para os países capitalistas desenvolvidos. Entre suas características principais podemos destacar o aumento da urbanização, o avanço estarrecedor da tecnologia, o pleno emprego, o avanço cultural, a inserção de alunos em massa nas universidades e a democratização do mercado – uma vez que com o pleno emprego, a classe trabalhadora passa a ser consumidora de coisas que eram inacessíveis para a sua geração passada (HOBSBAWM, 1995).

Vale destacar que esse período de pleno emprego gerou mudanças significativas na sociedade e na cultura, além de trazer uma nova concepção acerca da relação capital e trabalho.

O fenômeno da “Era de Ouro” atingiu todo o mundo, mas isso não significa dizer que a riqueza geral chegou à maioria da população, foi nesse período que a divergência entre mundo rico e o mundo pobre se tornou mais evidente, pois os benefícios da época estavam direcionados para as grandes potencias capitalistas, os países de capitalismo avançado, enquanto, os demais países – de capitalismo periférico – não puderam gozar dos “anos dourados” e nem de suas vantagens.

Nesse dado período as desigualdades sociais se acentuaram ainda mais, principalmente por se tratar de um período posterior a uma guerra mundial. O capitalismo pós-guerra se transformou a tal ponto de ficar irreconhecível, uma nova versão do velho sistema (HOBSBAWM, 1995).

Nesse ponto da história há uma junção do liberalismo econômico e da "democracia social", uma construção política bem incomum baseada na combinação do modo "Keynesiano" – que buscava a regulação do mercado por meio do Estado e a sua intervenção na economia – de crescimento econômico "numa economia capitalista baseada no consumo de massa de uma força de trabalho plenamente empregada e cada vez mais bem paga e protegida" (HOBSBAWM, 1995, p. 221).

O chamado "Estado de Bem-Estar" (*Welfare State*) se tratava de Estados que utilizavam uma grande parte de suas receitas e as direcionavam para gastos para as políticas que previam uma segurança social – educação, assistência social, manutenção de renda e etc. Muitos países adotaram a forma de "Estados de Bem-Estar", cada um ao seu modo e com suas particularidades, porém visando oferecer ao seu povo uma seguridade social mais consolidada.

De acordo com Harvey (2008, p.15):

> O que todas essas várias formas de Estado tinham em comum era a aceitação de que o Estado deveria concentrar-se no pleno emprego, no crescimento econômico e no bem estar de seus cidadãos, e de que o poder do Estado deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado - ou, se necessário, intervindo ou mesmo substituindo tais processos - para alcançar esses fins, e políticas fiscais e monetárias em geral caracterizadas como "keynesianas" foram implantadas extensamente para suavizar os ciclos de negócio e assegurar um nível de emprego razoavelmente pleno. Um "compromisso de classe" entre o capital e o trabalho foi advogado geralmente como o principal garante da paz e da tranqüilidade domésticas. Os Estados intervieram ativamente na política industrial e passaram a estabelecer padrões para o salário social, construindo uma variedade de sistemas de bem-estar.

O *Welfare State* se manifesta enquanto uma resposta a catástrofe deixada pelo pós-guerra, assim como uma maneira de acalmar a tensão causada pelo terror ao comunismo, que avançava naquele momento histórico. Com o Estado de Bem-Estar é gerado um pacto entre capital e trabalho, conforme exposto por Harvey, onde se percebeu que os trabalhadores adormecem a ideia revolucionária e apostam nas ações e reformas do Estado, tendo em contrapartida uma concessão do capital que "cede" um pouco a sua busca incontrolável por lucros e permite o alargamento das funções econômicas e políticas do Estado.

Contudo, segundo Gomes (2007, p.106) é importante:

> Fazer-se lembrar que também esse 'consenso' entre capital e trabalho foi travado por intensas lutas sociais, donde todas as conquistas sinalizadas neste período – a supressão do desemprego em massa, a aquisição de políticas sociais universais e em certa medida, uma distribuição de riquezas (não igualitária) – foram decorrentes de conflitos, pelejas e contradições, sendo os chamados direitos sociais expressão das lutas coletivas no campo da emancipação, ainda que nos limites do capital.

No final da década de 1960 e inicio de 1970 o capital mundial vivencia uma nova etapa de seu desenvolvimento, uma crise sistêmica. Nesse momento a incapacidade do modo de produção fordista em conter as contradições pertencentes ao capitalismo se torna evidente, uma vez que as suas formas e padrões utilizados na organização do trabalho mostravam-se ineficazes para assegurar os altos índices de lucros, conquistados anteriormente pelo capitalismo monopolista (MOTA, AMARAL; 2010).

Com o advento da crise o "pacto social" anteriormente estabelecido, que buscava um equilíbrio entre as classes se esgota, pois a conciliação do pleno emprego e das políticas sociais se tornou inviável. Diante disso, o capital vai buscar uma nova maneira de responder a crise e de se reinventar. Segundo Hobsbawam (1995, p.315) "O fato fundamental das décadas de crise não é que o capitalismo não funcionava mais tão bem quanto na Era de Ouro, mas que suas operações haviam se tornado incontroláveis".

Destaca-se a formação do "Consenso de Washigton", que propunha o modelo neoliberal como solução para os problemas mundiais, estabelecendo padrões econômicos globais como um receituário de políticas que visavam dois objetivos: a manutenção estável da inflação e a aquisição de um terreno econômico fértil para o mercado, que "incentive a maior concorrência entre os capitais e a livre iniciativa para a retomada dos investimentos e do crescimento econômico" (CARCANHOLO, 2008, p. 173).

O capital adota essa alternativa para superação da crise e é a partir disso que o mundo capitalista mergulha no processo denominado por Harvey (2008, p.16-17) de "neoliberalização", já apontado antes mesmo do fim da Segunda Guerra pelo

economista Friedrich Von Hayek, em sua obra: "*O caminho da servidão",* publicado em 1944.

Harvey (2008, p.12) define neoliberalismo como:

> [...] É em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. De também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados.

O neoliberalismo tem a sua atenção voltada apenas para a valorização do mercado, defendendo um Estado cada vez menor, principalmente no que se refere ao social, à ideia é de um Estado que favoreça os seus interesses de auto expansão e acumulação.

Com os "Anos dourados" chegando ao fim se estabelece uma nova configuração do modo de produção do capital pautada em uma estratégia articulada pelo tripé: reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal (NETTO & BRAZ, 2008).

Deste modo, o capitalismo adota um novo modelo japonês de produção denominado de "toyotismo", que propunha inovar e reinventar os modelos de produção, por intermédio de sistemas de "flexibilização" da forma de produção, impulsionado por novas tecnologias e objetivando novos meios de dominação do capital sobre o trabalho, ocasionando o processo de reestruturação produtiva.

Os processos de reestruturação produtiva tinham a finalidade de obter uma nova estruturação da produção, reorganização dos mercados e de altos retornos lucrativos, estratégias essas adotadas pelo sistema capitalista para enfrentamento de sua própria crise, pleiteando o estabelecimento de acordo com "um novo equilíbrio, que têm como exigência básica a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, afetando tanto a esfera da produção quanto as relações sociais" (MOTA & AMARAL, 2010, p. 27).

Diante do processo de reestruturação produtiva, ressalta-se que este ocasionou diversas mudanças que se concedeu em três esferas: na esfera da produção, com o aumento da produtividade do trabalho e da utilização de novas tecnologias, sucedeu-se um acréscimo das taxas de lucratividade; a esfera da circulação, incidindo em mudanças no mercado consumidor instituindo novas formas de concorrência entre as empresas, além de um aumento das estratégias de marketing da qualidade dos produtos baseado na seletividade do mercado; a esfera sócio-política e institucional onde ocorrem novos modos de controle do capital sobre o trabalho, pelas quais requerem um conjunto de reformas institucionais e a "implementação de mecanismos capazes de promover a adesão e o consentimento dos trabalhadores às mudanças requeridas" (MOTA & AMARAL; 2010, p.28).

Antunes & Druck (2013, p. 216) afirmam que a flexibilização trouxe uma nova configuração para o mundo do trabalho:

> Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, através da desconcentração produtiva, das redes de subcontratação (empresas terceirizadas), do trabalho em equipe, do salário flexível, das "células de produção", dos "times de trabalho", dos grupos "semiautônomos", além de exercitar, ao menos no plano discursivo, o "envolvimento participativo" dos trabalhadores. O "trabalho polivalente", "multifuncional", "qualificado", combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho. Mais recentemente, as práticas das "metas", das "competências", realizadas pelos "colaboradores", tornou-se a regra no ideário empresarial. [...] Os resultados são alarmantes em relação ao mundo do trabalho: desregulamentação dos direitos do trabalho em escala global; terceirização da força de trabalho nos mais diversos setores e ramos produtivos e de serviços; derrota do sindicalismo autônomo e sua conversão num sindicalismo de parceria, mais negocial e menos conflitivo.

Eiras *et al.* (2014, p.5) vai afirmar que "a crise estrutural do capital favoreceu a implementação de um amplo processo de reestruturação do capital, com vistas à recuperação de seu ciclo reprodutivo, o que afetou diretamente o mundo do trabalho".

> Esse processo de reestruturação e crise, como unidade orgânica real e que se tornou mundial e sem precedentes, reeditava com mais vigor problemas afetos à "questão social", da qual a "era de ouro" parecia ter eliminado. O

> mundo se viu novamente às voltas com o desemprego em massa, o aprofundamento da pauperização da classe trabalhadora, as rigorosas depressões cíclicas e uma forte ofensiva ao *Welfare State* (GOMES, 2007, p.105)

A crise estrutural trouxe para a classe trabalhadora impactos destrutivos, causando a eliminação de postos de trabalho, terceirização, desemprego, precarização do trabalho e a retirada de milhões de pessoas do mercado, ademais passou a exigir um novo perfil de trabalhador com super qualificações e polivalentes. “A crise do capital é subestimada e passa a ser lida como um arsenal de “oportunidades”, mas não para a maioria da população sobre a qual recai seus efeitos” (IAMAMOTO, 2019, p. 18-19)

No sistema de “flexibilização” as grandes empresas dispõe de altos índices de produtividade mesmo contendo pouca força de trabalho, intensificando as formas de explorações e eliminando do mercado os trabalhadores considerados improdutivos (MOTA & AMARAL; 2010).

Também observamos nessa etapa o aumento significativo do exercito industrial de reserva – já apontado nos escritos de Marx (HARVEY, 2013) – que se trata de mão de obra qualificada que se encontra fora do mercado de trabalho, estando à disposição do capital. Com as novas configurações adotadas pelo capital e através da flexibilização percebe-se a diminuição dos postos de trabalho para que além da super exploração com os que restaram incluídos no mercado, os trabalhadores que integram o mar dos desempregados se submeta a qualquer forma de exploração – baixos salários, desproteção, informalidade – para que assim possa sobreviver.

3 A INTENSIFICAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

Ao falarmos de sua intensificação é importante pontuarmos que a questão social é inerente a sociedade capitalista, tendo em suas bases a exploração do trabalho que a reproduz de forma ampliada. Portanto, está centrada na contradição fundante entre capital e trabalho, “ela envolve uma arena de lutas políticas e

culturais contra as desigualdades socialmente produzidas.” (IAMAMOTO, 2008, p. 119).

Ressalta-se que a “questão social” não é fruto do neoliberalismo, pois, não se trata de um fenômeno novo e atual, mas se produz e reproduz no sistema capitalista de produção e na perspectiva neoliberal ela se agrava e passa a ter novas expressões e configurações. “A questão social diz respeito ao conjunto de expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado” (IAMAMOTO, 2001, p.16).

Na década de 1990 o modelo neoliberal se estabelece no Brasil sob o Governo de Fernando Collor e perpassa os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Quando avaliado o Governo FHC é exposto de forma “positiva” ao ser tratado sob o enfoque da inflação, pois o mesmo conseguiu manter durante o seu tempo no poder um controle inflacionário considerável, todavia, se faz necessário pontuar que nesse mesmo período houve um crescimento de 108% da divida externa, que também em 1999 o Brasil adentra em um processo de crise cambial e o desemprego sobe de 3,3% para 7,6% quando comparado a década de 1989; que durante a década de 1990 a taxa média de crescimento do país foi de apenas de 1,78% (CARCANHOLO, 2008).

> O Governo Cardoso e seus “cavaleiros do apocalipse”, ao realizarem a escolha histórica por tais caminhos, levaram-nos ao “coração das trevas do neoliberalismo”, [...] E nos legou uma perversa herança. A política econômica do governo Cardoso conseguiu reduzir as taxas da inflação, mas não resultou em políticas distributivas. Assim, transitou: “da pobreza da inflação” à “inflação da pobreza”; do “fim da inflação da moeda” à retomada da “inflação da dívida”. A dívida e o custo de sua rolagem geram escassez de recursos para investimento e custeio que, aliados às elevadas taxas de juros, desviam as aplicações do setor produtivo para o mercado financeiro (IAMAMOTO, 2008, p.123)

Com a expansão do capitalismo e no contexto de globalização mundial acerca da hegemonia do grande capital financeiro, o Brasil adentra na consolidação de uma reforma do Estado o que vai resultar nos dados expostos anteriormente, denominada por Behring (2009, p.07) de “contra-reforma”, abarcado na lógica

neoliberal, com novas medidas de ajustamento econômico e estreitamento das políticas públicas e de proteção social.

Para Mota & Amaral (2010, p.37) essas transformações ocasionaram modificações às configurações do Estado:

> O conjunto destas mudanças na esfera da produção e da organização social implicou no redimensionamento da intervenção do Estado, em especial, nos mecanismos de regulação da produção material e da gestão estatal e privada da força de trabalho. Nesta conjuntura, as mudanças nas relações entre Estado, sociedade e mercado materializam-se em um conjunto de medidas de ajuste econômico e de reformas institucionais, cujos destaques são os mecanismos de privatização, as pressões do empresariado e da burocracia estatal para suprimir direitos sociais e trabalhistas e a "naturalização" da superexploração do trabalho. Todos eles revestidos pela cultura do anti-radicalismo e das soluções negociadas. O objetivo é reduzir o papel do Estado na área das políticas de proteção social e na regulação das condições de produção material [...].

O contexto neoliberal traz consigo uma política pautada em ajustes e cortes econômicos, principalmente no que se refere às poucas aplicações e investimentos para os "gastos" de cunho social e para as políticas públicas e sociais. A ideia é a de Estado mínimo para a classe trabalhadora, mas máximo para o capital que vise e atenda apenas aos seus interesses (NETTO, 2007).

As transformações ocorridas a partir de 1990 na sociedade brasileira fundamentavam-se em reformas objetivadas pelo fim da crise econômica e social, acreditando-se que através das privatizações e mudanças na área previdenciária – além de desprezar as conquistas sociais voltadas para a seguridade social efetivadas em 1988 com a Carta Magna – haveria uma abertura para o novo "projeto de modernidade". (BEHRING & BOSCHETTI, 2011).

Salienta-se que a considerada Contra-reforma do Estado brasileiro trouxe resultados significativos para o campo social, em uma desresponsabilização do Estado com políticas sociais e passam a ser pautadas no tripé: privatização, focalização/seletividade e descentralização.

Quando analisamos os resultados dessa era, percebemos que como consequência dessas medidas há em contrapartida uma desregulamentação do Estado, o aumento significativo do desemprego, redução dos postos de trabalho,

crescimento estarrecedor do trabalho informal, privatização de órgãos e serviços públicos, mercantilização da previdência e sem o investimento em políticas de cunho social, o trabalhador se encontra desprotegido pelo Estado.

Ao analisarmos os dados produzidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) nos anos que se referem à década de 1990, percebemos que no ano de 1998 aproximadamente 14% do montante populacional do Brasil sobrevivia com renda inferior à linha de indigência (pessoas em situação de pobreza absoluta) e cerca de 33% em famílias com renda a baixo da linha de pobreza, ou seja, em números significa dizer que 21 milhões de brasileiros poderiam ser identificados como indigentes e quase 50 milhões como pobres (BARROS, HENRIQUES & MENDONCA, 2000)

Com o aumento gradativo da desigualdade social, o neoliberalismo opta pelo apelo as instituições filantrópicas e à solidariedade da sociedade civil resultando no aumento significativo do terceiro setor, que são organizações de iniciativa privada, sem fins lucrativos, originadas com o intuito de desenvolver ações voltadas para o campo social e mantidas com o apoio de voluntários.

Yazbek (2001, p. 37) afirma que:

> [...] o “modelo” é um Estado que reduz suas intervenções no campo social e que apela à solidariedade social, optando por programas focalistas e seletivos caracterizados por ações tímidas, erráticas e incapazes de alterar a imensa fratura entre necessidades e possibilidades efetivas de acesso a bens, serviços e recursos sociais. Cresce o Terceiro Setor. Aparece com força a defesa de alternativas privatistas para a questão social, envolvendo a família, as organizações sociais e a comunidade. Esta defesa, como já afirmamos, é legitimada pelo renascimento de idéias liberais que referendam a desigualdade. [...] São propostas fundadas numa visão de política social apenas para complementar o que não se conseguiu via mercado, família ou comunidade.

A ausência do Estado e consequentemente de políticas públicas efetivas vai redirecionar aquilo que é dever do Estado para a sociedade civil e iniciativa privada e aqui se acentua a realização de ações filantrópicas, de benemerência e de “solidariedade”, levando aquilo que deveria ser pauta pública para o privado. “[...] Tais direcionamentos desencadearam um processo de refilantropização da “questão

social", destituindo assim, a perspectiva de direitos contida nas políticas sociais, em seu caráter universalizante, redistributivo e equitativo." (GOMES, 2007, p. 132)

É nesse contexto que observamos como os impactos de todas essas modificações recaem sobre a categoria trabalho, o capital assim como as suas novas formas e novos modos de produzir riqueza, trazem resultados devastadores para a classe trabalhadora. Expressando a dominação e a exploração, colocando o trabalhador em situação de subalternidade. "O ideário neoliberal erodiu as bases dos sistemas de produção social e redirecionou as intervenções do Estado no âmbito da produção e distribuição da riqueza" (YAZBEK, 2001, p. 36).

As transformações societárias sob a influência da ofensiva neoliberal marcam uma nova fase de agudização da questão social, expressa nos altos índices de miserabilidade, vulnerabilidade, pobreza, desemprego, além de um processo de estranhamento e banalização do humano, chamado assim por Iamamoto,

> [...] a "questão social" é mais do que pobreza e desigualdade. Ela expressa a banalização do humano, resultante de indiferença frente à esfera das necessidades das grandes maiorias e dos direitos a elas atinentes. Indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadores – resultados de uma pobreza produzida historicamente (e, não, naturalmente produzida) –, universalmente subjugados, abandonados e desprezados, porquanto sobrantes para as necessidades médias do capital (IAMAMOTO, 2008, p.123)

É importante destacar que quando mencionada a pobreza, não se refere apenas a uma questão econômica de ausência de dinheiro, mas a pobreza envolve problemáticas pluridimensionais.

"Pobreza relativa e desigualdades são constitutivos insuperáveis da ordem do capital" (NETTO, 2007, p.159) Deste modo, enquanto houver capital haverá pobreza e desigualdades, e quanto mais se produz riqueza, mais se produz pobreza, os seus níveis podem se alterar em alguns momentos, mas a sua erradicação não será possível no sistema capitalista de produção.

No estado neoliberal as políticas sociais e públicas de enfrentamento a pobreza, possuem um perfil assistencialista, focalizado e seletista, não é para todos e não visam à superação da pobreza. As ações emergentes que surgem são

mínimas para tratar de uma questão social que alcança seu estágio máximo (NETTO, 2007).

As alterações causadas no mundo do trabalho que resultam em todas as áreas da sociedade nos mostram que para o capital pouco importa as considerações humanas e suas necessidades, pois a sua única preocupação pauta-se em como maximizar a explorar o homem através da sua força de trabalho e em como atingir altos índices de lucros.

> [...] O capital ou mantém o seu inexorável impulso em direção aos objetivos de auto-expansão, não importa quão devastadoras sejam as consequências, ou deixa de ser capaz de controlar o metabolismo social da reprodução. Aqui não pode haver qualquer meio-termo ou mesmo a mais ligeira atenção a considerações humanas. Eis porque pela primeira vez desde sempre na história ascende um sistema dinâmico — e em suas implicações finais dinamicamente destrutivo — de controle social metabólico auto-expansivo, o qual expele brutalmente, se necessário, a esmagadora maioria da espécie humana do processo de trabalho (MESZÁROS, 2006, p.31)

Não há meio termo para o capital, as expressões da questão social revelam que de fato o ser humano é algo banal para o sistema, o seu maior interesse é se auto expandir e lucrar.

Os resultados dessa herança deixada dos anos 1990 percorrem até os dias atuais, perpassou governos populistas que se diziam preocupados com a classe trabalhadora, mas que também acarretavam em suas formas de direcionar o país a perspectiva neoliberal, como Carcanholo (2008, p.175) coloca: “mais do mesmo”.

Vivenciamos hoje a intensificação dessas novas configurações do capital que já atravessam quase trinta anos e o que observamos ao passar dos anos é que a questão social sofre ao decorrer dos anos novas modificações, como por exemplo, a sua despolitização, sua naturalização e a criminalização, o tratamento da mesma enquanto caso de policia. Enquanto isso, a classe trabalhadora tenta resistir a toda a barbárie estabelecida pelo capital.

4 CONCLUSÃO

As crises cíclicas do capital e suas formas de reinvenção só revelam o quão esmagador e cruel é o sistema capitalista de produção. As suas "inovações" colocadas diariamente invadem o nosso cotidiano como um todo e atinge de forma violenta a classe trabalhadora.

As expressões da questão social se acentuam ao passar dos anos, a burguesia continua acumulando suas riquezas, enquanto a classe trabalhadora busca a sua sobrevivência com a realidade que pra ela é apresentada, desemprego, fome, negação de direitos e etc.

O neoliberalismo e a sua ofensiva demonstram que para o capital o que realmente importa são os lucros, o dinheiro e a sua auto expansão, não lhe interessa o quanto podem ser devastadoras as suas consequências. Nesse jogo não há meio termo e as considerações humanas não tem valor.

Enquanto classe trabalhadora precisamos retomar o debate de que a questão social é uma questão política e que a sua minimização se dá de forma coletiva, entendendo que lutar pela efetivação dos direitos e pela a sua garantia é uma luta contra o capital. Precisamos recuperar o sentido de classe revolucionária descrito por Marx, entendendo que a erradicação da questão social só poderá acontecer com o rompimento do sistema.

Tendo em nosso discurso crítico e pautas políticas a defesa de um projeto societário que se alinha aos setores mais progressistas da sociedade, comprometido com a liberdade e a luta da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R; DRUCK, G. **A Terceirização como regra?** Rev. TST, Brasília, vol. 79, no 4, out/dez 2013.

BEHRING, E. R. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil. In: CFESS/ABEPSS (org) ***Serviço Social:* direitos sociais e competências profissionais.** Brasília-DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social:** fundamentos e história. – 9.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

CARCANHOLO, M. Duas décadas de neoliberalismo no Brasil: a economia política da continuidade. **Revista Periferias**, Buenos Aires, Ano 12, n. 6. pp. 173-197.

EIRAS, A. A. L. T.; MOLJO, C. B.; RODRIGUES, F.; CORREA, J. A. M.. **Transformações Societárias e Serviço Social:** Análise das Respostas Profissionais na Esfera da Seguridade Social Expostas nos Trabalhos Apresentados no XIII CBAS/2010. Libertas (UFJF. Online), 2014. Disponível em: https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/2863 acesso em: 10/09/2020 ás 21h05min.

Gomes, C. M. C. **A centralidade do direito na cultura política contemporânea:** tendências presentes no Serviço Social. Recife: O Autor, 2007. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social fa Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9597 Acesso em 12 de setembro de 2020

HARVEY, D. **O Neoliberalismo:** História e. Implicações. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

HARVEY, D. **Para entender o capital:** livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos:** o breve século XX (1914-1991). Tradução de Marcos Santarrita. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTTO, M. V. Mundialização, Questão Social e Serviço Social. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 21, p. 117-140, 2008.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional em Serviço Social: uma experiência em construção na América Latina. **Serviço Social e Sociedade** nº134. 2019.

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no Capitalismo. **Revista Temporalis**, n. 03. Brasília: ABEPSS, 2001. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-20180413124527670585 0.pdf acesso em 08/09/2020

MÉSZÁROS, I. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil.** (org.) Ricardo Antunes. São Paulo, Boitempo, 2006.

MOTA, A. E.; AMARAL, Â. S. do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). **A nova fábrica de consensos:** ensaios sobre reestruturação empresarial, o trabalho, e as demandas ao Serviço Social. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. Desigualdade, Pobreza e Serviço Social. **Revista Em Pauta**, nº 19, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/190 Acesso em 22 de setembro de 2020

NETTO, J. P., BRAZ, M. **Economia Política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2008.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, v. 2, n. 3. 2001.